

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balanco patrimonial	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.830	11.169
Concessionárias e permissionárias	8	1.880	-
Adiantamentos a fornecedores		137	22
Impostos a recuperar		622	560
Estoques		15	-
Outros ativos circulantes		65	17
		19.549	11.768
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	1.654	-
Imobilizado não vinculado à concessão		151	-
Imobilizado	9	117.302	88.106
Outros ativos não circulantes		574	70
		119.681	88.176
		139.230	99.944
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		4.148	45
Fornecedores - partes relacionadas	15	6	5
Empréstimos e financiamentos com terceiros	10	3.955	-
Tributos e contribuições sociais		357	80
Taxas regulamentares		180	-
Dividendos propostos		55	55
Outros passivos circulantes		188	191
		8.889	376
Passivo não circulante			
Debêntures - partes relacionadas		-	56.381
Empréstimos e financiamentos com terceiros	10	62.507	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	15	13	19
		62.520	56.400
Patrimônio líquido			
Capital social		78.618	48.618
Prejuízo acumulado	11	(10.797)	(5.450)
		67.821	43.168
		139.230	99.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	12	4.438	-
Custo da operação	13	(1.946)	-
Lucro bruto		2.492	-
Despesas gerais e administrativas		<u>(1.861)</u>	<u>(1.124)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		631	(1.124)
Resultado financeiro	14	<u>(5.742)</u>	<u>(4.279)</u>
Receita financeira		1.254	1.304
Despesa financeira		(6.996)	(5.583)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(5.111)</u>	<u>(5.403)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(236)	-
Prejuízo do exercício		<u>(5.347)</u>	<u>(5.403)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(5.347)	(5.403)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(5.347)</u>	<u>(5.403)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	6.001	(1)	6	55	(108)	5.953
Aumento de capital	42.617	(42.617)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	42.618	-	-	-	42.618
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.403)	(5.403)
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(6)	(55)	61	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.618	-	-	-	(5.450)	43.168
Aumento de capital conforme AGE de 14 de dezembro de 2016	30.000	-	-	-	-	30.000
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.347)	(5.347)
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	78.618	-	-	-	(10.797)	67.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(5.111)	(5.403)
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	5.659	5.492
Depreciação e amortização	1.247	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(1.880)	-
Estoque	(15)	-
Impostos a recuperar	(62)	(485)
Adiantamentos a fornecedores	(115)	(39)
Outros ativos	(709)	67
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.104	(5)
Tributos e contribuições sociais	291	350
Taxas regulamentares	180	-
Juros pagos	(10.416)	-
Impostos pagos	(249)	(468)
Outros passivos	(3)	150
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(7.079)	(341)
Aquisição de imobilizado e intangível	(30.443)	(88.309)
Títulos e valores mobiliários	(1.654)	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	7.788
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(32.097)	(80.521)
Aumento de capital	30.000	42.617
Empréstimos pagos	66.646	30.330
Empréstimos captados	(51.809)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	44.837	72.947
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.661	(7.915)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.169	19.084
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.830	11.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "MRTE"), foi constituída em 18 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 14 de novembro de 2013 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2013 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$11.599 e deságio de 28% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 29 de janeiro de 2014.

O projeto da Companhia consiste na construção, operação e manutenção de uma subestação de 440/138 kV, localizada no município de Três Lagoas/MS e de duas linhas de transmissão, circuito duplo, 440 kV, de aproximadamente 5 km que interligará esta subestação ao ponto de conexão com o sistema elétrico, localizado no município de Castilho, estado de São Paulo.

A companhia recebeu do IBAMA, em 23 de setembro de 2014 a Licença Prévia nº 492/2014, relativa a SE Mal. Rondon 440/138 KV LT 440 kV Três Lagoas/MS - Castilho/SP; com validade pelo período de 2 (dois) anos.

As obras da companhia compreenderão eixos: Eixo 1: LT 440 kV Jupiá - Getulina C1 - seccionamento Marechal Rondon e Eixo 2 - LT 440 kV Juiá - Taquarussu - seccionamento Marechal Rondon, que será implantado nos municípios de Três Lagoas/MS e Castilho/SP.

Tendo apresentado todas as exigências do órgão licenciador, a companhia recebeu em 29 de dezembro de 2014 a Licença Ambiental de Instalação no 1.037/2014, também com validade de 2 (dois) anos.

A Companhia concluiu as obras e iniciou suas operações em 05 de setembro de 2016.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 11.599 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 2015, a empresa ainda estava em fase de construção e não possuiu uma RAP determinada pela ANEEL.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 14.589 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas, são as mesmas adotadas nas DFSs, as quais estão apresentadas na nota explicativa 4, exceto pelas práticas apresentadas a seguir.

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 7 - Imobilizado.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.3. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.4. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às DCRs tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.7. Outros ativos e passivos

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.8. Outros ativos e passivos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.9. Fluxo de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		19.549	(12.714)	32.263	11.768	(10.930)	22.698
Caixa e equivalentes de caixa		16.830	-	16.830	11.169	-	11.169
Concessionárias e permissionárias		1.880	-	1.880	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		137	-	137	22	-	22
Impostos a recuperar		622	-	622	560	-	560
Estoques		15	-	15	-	-	-
Ativo financeiro amortizável	a	-	(12.714)	12.714	-	(10.930)	10.930
Outros ativos circulantes		65	-	65	17	-	17
		119.681	(3.462)	123.143	88.176	5.715	82.461
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários		1.654	-	1.654	-	-	-
Ativo financeiro amortizável	a	-	(120.764)	120.764	-	(82.391)	82.391
Outros ativos não circulantes		574	-	574	70	-	70
Imobilizado	b	117.302	117.302	-	88.106	88.106	-
Imob. Não vinculado à concessão		151	-	151	-	-	-
		139.230	(16.176)	155.406	99.944	(5.215)	105.159

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	8.889	-	8.889	376	-	376
Fornecedores terceiros	4.148	-	4.148	45	-	45
Fornecedores partes relacionadas	6	-	6	5	-	5
Empréstimos e financiamentos com terceiros	3.955	-	3.955	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	357	-	357	80	-	80
Taxas regulamentares	180	-	180	-	-	-
Dividendos propostos	55	-	55	55	-	55
Outros passivos circulantes	188	-	188	191	-	191
Passivo não circulante	62.520	(18.100)	80.620	56.400	(10.389)	66.789
Debêntures - partes relacionadas	-	-	-	56.381	-	56.381
Empréstimos e financiamentos com terceiros	62.507	-	62.507	-	-	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	13	-	13	19	-	19
Tributos diferidos	-	(18.100)	18.100	-	(10.389)	10.389
Patrimônio líquido	67.821	1.924	65.897	43.168	5.176	37.992
Capital social	78.618	-	78.618	48.618	-	48.618
Prejuízo acumulado	(10.797)	1.924	(12.721)	(5.450)	5.176	(10.626)
	139.230	(16.176)	155.406	99.944	(5.213)	105.157

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	4.438	(36.049)	40.487	-	(76.954)	76.954
Custo da operação	e	(1.946)	29.196	(31.142)	-	80.520	(80.520)
Lucro bruto		<u>2.492</u>	<u>(6.853)</u>	<u>9.345</u>	<u>-</u>	<u>3.566</u>	<u>(3.566)</u>
Despesas gerais e administrativas		(1.861)	-	(1.861)	(1.124)	-	(1.124)
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>631</u>	<u>(6.853)</u>	<u>7.484</u>	<u>(1.124)</u>	<u>3.566</u>	<u>(4.690)</u>
Resultado financeiro		<u>(5.742)</u>	<u>-</u>	<u>(5.742)</u>	<u>(4.279)</u>	<u>-</u>	<u>(4.279)</u>
Receita financeira		1.254	-	1.254	1.304	-	1.304
Despesa financeira		(6.996)	-	(6.996)	(5.583)	-	(5.583)
Lucro antes dos impostos		<u>(5.111)</u>	<u>(6.853)</u>	<u>1.742</u>	<u>(5.403)</u>	<u>3.566</u>	<u>(8.969)</u>
Imposto de renda e contribuição social		(236)	3.601	(3.837)	-	1.717	(1.717)
(Prejuízo) /lucro líquido do exercício		<u>(5.347)</u>	<u>(3.252)</u>	<u>(2.095)</u>	<u>(5.403)</u>	<u>5.283</u>	<u>(10.686)</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Receita

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos	15.724	152
Aplicações financeiras	1.106	11.017
	<u>16.830</u>	<u>11.169</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva – financiamentos	1.654	-
	<u>1.654</u>	<u>-</u>

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Durante todo o prazo do contrato a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>
A vencer	1.622
Vencidas até 30 dias	245
Vencidas até 60 dias	2
Vencidas até 90 dias	1
Vencidas até 120 dias	-
Vencidas até 180 dias	-
Vencidas há mais de 180 dias	10
	<u>1.880</u>
(-) PCLD	-
	<u>1.880</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	-	-	-	117.537	-	117.537	117.537	(1.247)	116.290	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	8.248	-	8.248	8.248	(95)	8.153	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	109.243	-	109.243	109.243	(1.151)	108.092	-
Móveis e utensílios	-	-	-	46	-	46	46	(1)	45	-
	-	-	-	117.537	-	117.537	117.537	(1.247)	116.290	-
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	88.106	34.885	(4.446)	(117.533)	-	1.012	(87.094)	-	1.012	88.106
Máquinas e equipamentos	3.410	31	(2)	(3.408)	-	31	(3.379)	-	31	3.410
Outros	84.696	34.854	(4.444)	(114.125)	-	981	(83.715)	-	981	84.696
Administração	-	4	-	(4)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	4	-	(4)	-	-	-	-	-	-
	88.106	34.889	(4.446)	(117.537)	-	1.012	(87.094)	-	1.012	88.106
Ativo imobilizado	88.106	34.889	(4.446)	(-)	-	118.549	30.443	(1.247)	117.302	88.106

9.2. Taxas de depreciação

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,81%	117.537	(1.247)	116.290	-
Administração	16,67%	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	151	-	151	-
		117.688	(1.247)	116.441	-

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação
	(%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	31
A Ratear	29.190
Adiantamentos a Fornecedores	5.668
	34.889

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

Descrição do bem	Grupo	Valor
Autotrafo 1F 100MVA 440kv 60Hz	Máquinas e equipamentos	2.527
Autotrafo 1F 100MVA 440kv 60Hz	Máquinas e equipamentos	2.527
Autotrafo 1F 100MVA 440kv 60Hz	Máquinas e equipamentos	2.527
Autotrafo 1F 100MVA 440kv 60Hz	Máquinas e equipamentos	2.527
Seccionadora Tipo SPO-550kv - 4000A	Máquinas e equipamentos	450
Seccionadora Tipo SPO-550kv - 4000A	Máquinas e equipamentos	326
Seccionadora Tipo SPO-550kv - 4000A	Máquinas e equipamentos	93
Disjuntor GL317D (550Kv,50Kv,4000A)	Máquinas e equipamentos	788
Disjuntor GL317D (550Kv,50Kv,4000A)	Máquinas e equipamentos	373
Disjuntor completo GL314x FK3 - 2	Máquinas e equipamentos	872

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2016

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2016.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2016	2015
SGBH - Debêntures	05/2014	04/2016	Semestral	29/04/2017	N/A	Bullet	N/A	CETIP + spread 0,70% a.a.	-	56.381
BNDES	05/2016	06/2030	Mensal	15/04/2017	Mensal	SAC	N/A	TJLP+2,28%/ TJLP+1,88%	51.461	-
Debêntures	12/2016	06/2026	Semestral	30/12/2021	Semestral	Amortização Customizada	N/A	IPCA+8,00%	15.000	-
									<u>66.461</u>	<u>56.381</u>
Circulante									3.955	-
Não circulante									62.507	56.381
									<u>66.462</u>	<u>56.381</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Debêntures SGBH

Em 5 de maio de 2014 foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$255.480 cada.

As debêntures terão sua data de vencimento contados a partir da data de emissão e deverão permanecer vigentes até a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), ou qualquer outro evento nos termos deste instrumento, vencendo-se, portanto, aproximadamente, em 29 de abril de 2016 podendo ter seu saldo devedor liquidado antes do vencimento previsto sem qualquer ônus para o emissor.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP acrescida de um spread equivalente a 0,70% a.a.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido da Remuneração (conforme definido acima), deverá ser integralmente pago na data de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 haviam sido emitidas 78 das 300 debentures já aprovadas pela Administração.

Durante o ano de 2015 foram emitidas mais 119 debentures, perfazendo um total de 197 debentures emitidas e um total desembolsado de R\$50.329.560.

Em 05 de maio de 2016 a Companhia repagou integralmente o valor desembolsado e mais os juros acumulados durante todo o período de vigências no valor total de R\$ 59.095.805.

BNDES

Em 13 de outubro de 2015, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 62.152.040 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre o Subcrédito A incidirão juros de 2,28% ao ano e sobre o Subcrédito B incidirão juros de 1,88% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de agosto de 2016 e a última vencerá em 15 de julho de 2030.

Garantias

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Debêntures

Emissão de debêntures no dia 15 de dezembro de 2016 e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de dezembro de 2026.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

Essas debêntures não são conversíveis em ações.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	3.775
2019	3.775
2020	3.775
2021	3.775
2021-2030	47.407
	<u>62.507</u>

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 01 de outubro de 2015 foram subscritas 42.617.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela SGBH.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$48.618, dividido em 48.618.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

Em 04 de maio de 2016, foram subscritas 30.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada, integralizadas mediante a utilização de Adiantamentos para futuro aumento de capital realizados no decorrer do exercício. O aumento de capital foi realizado através de AGE de 14 de dezembro e 2016.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 78.618, dividido em 78.618.000 ações ordinárias e nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016. Visto que a companhia apurou prejuízo no seu resultado societário, a empresa não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

12. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	5.102	-
Receita rateio de antecipação	64	-
Receita de encargos de transmissão	1.670	-
Recuperação de PIS e COFINS	474	-
Receita rede de fronteira	2.894	-
Deduções da receita operacional	(664)	-
PIS	(84)	-
COFINS	(388)	-
P&D	(45)	-
RGR	(127)	-
TFSEE	(20)	-
	<u>4.438</u>	<u>-</u>

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(31)	-
Material	(33)	-
Serviços de terceiros	(41)	-
Depreciação e amortização	(1.247)	-
Gastos diversos	(118)	-
Tributos	(471)	-
Outros	(5)	-
	<u>(1.946)</u>	<u>-</u>

14. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	<u>1.254</u>	<u>1.304</u>
Receita de aplicações financeiras	1.207	1.323
Outras	47	(19)
Despesa financeira	<u>(6.996)</u>	<u>(5.583)</u>
Juros sobre debêntures	(2.715)	(5.485)
Outras	(4.281)	(98)
	<u>(5.742)</u>	<u>(4.279)</u>

15. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

15.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedor (i)	6	5
Outras contas a pagar - partes relacionadas	13	19
Debêntures	-	56.381

15.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa aluguel (i)	74	55
Despesa com juros de debêntures (nota explicativa 10)	(2.715)	(5.485)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se refere a despesas de aluguel junto a SGBH.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

16.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.830	11.169
TVM		1.654	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores		137	22
Concessionárias e permissionárias	8	1.880	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2016	2015
Debêntures - partes relacionadas		-	56.381
Fornecedores terceiros		4.154	45
Fornecedores - partes relacionadas		13	5
Financiamentos – terceiros		66.461	-

16.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.